

Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira
Estudos Arqueológicos de Oeiras,
16, Oeiras, Câmara Municipal, 2008, p. 351-362

OCTÁVIO VEIGA FERREIRA – PERCURSOS EM CASCAIS E PELA ARQUEOLOGIA CLÁSSICA

José d'Encarnação*

O *In memoriam* que João Luís Cardoso publicou em 1997 constitui, sem dúvida, eloquente testemunho do que foi a pujante e multifacetada vida científica de Octávio da Veiga Ferreira e poderia dar azo a largos comentários, mesmo cingindo-nos apenas à Arqueologia Clássica (cerca de 50 dos mais de 450 títulos da sua bibliografia) e à sua actividade no que concerne ao território do concelho de Cascais.

Antes, porém, de sobre esses dois tópicos nos debruçarmos, importará, em jeito de introdução, realçar dois ou três aspectos da sua personalidade científica.

Dir-se-á, em primeiro lugar, que Veiga Ferreira integrou dinâmica escola: os Serviços Geológicos de Portugal. Da ligação íntima da Geologia à Arqueologia nasceu, desde muito cedo, nesses Serviços, a vocação natural dos seus investigadores para também da Arqueologia se ocuparem. E não deixaram seus créditos por mãos alheias... Claro que os tempos pré-históricos – mais ligados, de certo modo, às eras geológicas – mereceram carinho muito especial, desde a época de Carlos Ribeiro a Georges Zbyszewski. Veiga Ferreira, por eles influenciado, aos achados pré-históricos viria, pois, a dedicar maior atenção; contudo, a determinado momento, pelos Serviços passou D. António de Castello Branco, cascalense cioso da sua terra, e pelos vestígios arqueológicos de Cascais entusiasmaria também Veiga Ferreira.

Quer isto dizer que, ao calcorreamos o País para elaborarem as várias folhas da *Carta Geológica* nacional, nada do que lhes parecesse arqueológico lhes era alheio e de tudo prontamente davam conhecimento quer em artigos quer em comunicações a reuniões científicas. Era apenas um pequeno achado? Não interessava! Atrás do «pequeno» viriam, certamente, os «grandes» e importava que nada ficasse sem registo!...

Uma palavra se há-de acrescentar à curiosidade, ao dinamismo, à vontade de prontamente disponibilizar informação: entusiasmo! Não se pretendia apenas dar a conhecer, registar: desejava-se que o apontamento fosse aliciante, que a descoberta seduzisse! «Vasos raros», «reprodução duma estatueta grega», «fíbula ornamentada», «duas raridades arqueológicas», «lucerna romana de bronze», «uma interessante antigualha», «uma bela jóia romana», «uma colher votiva», «uma notável placa de xisto»... – são alguns dos títulos de artigos de Octávio da Veiga Ferreira.

Quem há aí que, perante títulos assim, se não deixe atrair pela curiosidade?

«Arqueologia do objecto», dirá, displicentemente, algum investigador a navegar nas largas sínteses, nas brumas sedutoras das teorias “abrangentes”, nos recônditos escaninhos iniciáticos dos simbolismos... Não: para Veiga Ferreira, uma lucerna é uma lucerna, uma jóia é... uma jóia! E para cada um desses “artefactos” (como hoje se diz...) ele procurava, incansável, encontrar paralelos, pois sabia que, embora concretos, de uso quotidiano, por detrás deles estava o Homem, um homem vindo, quiçá, doutras paragens, com outras estéticas – e, assim, levantava-se um pouco do véu de uma caminhada civilizacional: de onde para onde e por que vias...

* Universidade de Coimbra.

Terceiro aspecto que me seduzia em Veiga Ferreira era, também, para além dessa minúcia técnica, o fascínio por divulgar, em acessíveis pinceladas, temas que a todos poderiam interessar e que, pedagogicamente falando, mostravam – ao público em geral e aos detentores do poder... – como, afinal, “fazer Ciência” não era assim uma tarefa sem préstimo no dia-a-dia. Nada disso! E nesse âmbito se hão-de situar as páginas que dedicou, com saber e esbelteza, nas mais diversas revistas nacionais e estrangeiras (saliente-se!), à pesca na Antiguidade, à vinha, à Medicina, à Cirurgia, às fábricas de conservas de peixe, aos balneários, aos anfiteatros... Romanos e homens da Pré ou da Proto-História estavam, no fim de contas, bem próximos de nós e, compreendendo-os, melhor nos compreenderíamos uns aos outros. Uma vertente humanista de que Veiga Ferreira nunca abdicou.

Na referida impossibilidade de se abarcar, em breves notas, o contributo do Mestre para o conhecimento da arqueologia cascalense e romana, cingir-nos-emos, conseqüentemente, aos aspectos que, numa primeira assentada, reputamos de mais relevantes, aproveitando-se o ensejo para, aqui e além, se dar conta de como esse contributo frutificou.

CASCAIS

O ano de 1964 foi, sem dúvida, um dos anos grandes na história cascalense, pois, com invulgar brilho, ali se comemoravam os 600 anos da outorga do foral de vila por el-rei D. Pedro I. Valeu-nos a circunstância de termos à frente dos destinos autárquicos duas figuras de invulgar cultura e largos horizontes: o Eng.º António de Azevedo Coutinho, que a morte mui prematuramente arrebatou, e o Eng.º D. António de Castello Branco, que chegou a chefiar os Serviços Geológicos e que nutria pela história e pela cultura cascalenses entranhado amor. Daí que, para as comemorações, tenham gizado, além das habituais inaugurações e festividades de circunstância, um significativo rol de publicações, entre as quais se conta, nessa “coleção do centenário” (CMC, 1964), o livrinho *A Cultura do Vaso Campaniforme no Concelho de Cascais*, síntese da conferência proferida por Octávio da Veiga Ferreira, no Museu-Biblioteca dos Condes de Castro Guimarães, no âmbito dessas comemorações.

Sete singelas páginas (com duas de estampas) em que se sintetiza, em linguagem acessível, o que então se conhecia dos sítios aqui identificados com esse horizonte cultural eneolítico: Alapraia, S. Pedro do Estoril, Poço Velho e Porto Covo. Era, aliás, esse o tema da dissertação de doutoramento que então preparava e que viria a defender, na Sorbonne, no ano seguinte (1965). Recorde-se que aí consta uma das suas afirmações mais sublinhadas depois, a propósito da grande quantidade de contas e pingentes de calaíte achadas nas grutas de Cascais:

“A situação geográfica especial de Cascais junto a uma formosa baía, que sempre o deve ter sido, muito contribuiu para este intercâmbio marítimo com longas paragens, pois é do conhecimento geral que a calaíte vinha da Pérsia por intermédio do Norte de África”.

E perorava:

«As relações com o Norte de África e o Mediterrâneo oriental estão já demonstradas há muito».

Para concluir que, perante a ausência de armas, “os povos de há 4000 anos, de Cascais, seriam possivelmente pescadores e agricultores e viveriam, tal como hoje, para o trabalho e o sossego”.

Anote-se que a expressão “cultura campaniforme” já não é, na actualidade, aceite unanimemente pelos investigadores e a sua origem mediterrânica por via marítima poderá ser contestada devido ao achamento de vasos cerâmicos idênticos na forma e na decoração no interior do País e, mesmo, da Península Ibérica. Por outro lado, se, na década de 60 do século passado – e ainda durante vários anos mais... – se seguiu uma “escola francesa”, que identificava determinados horizontes culturais por um chamado “fóssil indicador”, ou seja, aquele “artefacto” que mais frequentemente surgia nas escavações (neste caso do “campaniforme”, o vaso em forma de “campânula” ou sino invertido), outros são, agora, os parâmetros definidores. Além disso, continua a discutir-se a validade do

termo “cultura” como significante de todo um conjunto de características materiais, funcionais e mentais de um grupo humano, mesmo que devidamente enquadrado numa cronologia precisa. No que concerne ao concelho de Cascais, refira-se, ainda, que, ao tempo de Veiga Ferreira, apenas se conheciam, de facto, as citadas necrópoles e o povoado de Parede, suspeitando-se, obviamente, da existência doutros povoados. A surpresa de termos começado a encontrar na *villa* romana de Freiria (S. Domingos de Rana, Cascais), logo na primeira campanha de escavações, cerâmica campaniforme veio relançar a problemática em apreço, pois nos encontrávamos aí em pleno horizonte não funerário mas de vida quotidiana.¹

A segunda intervenção de Veiga Ferreira na arqueologia cascalense a que nos apraz fazer referência é a campanha de “desentulhamento, reconstrução e consolidação” que, em colaboração com D. António de Castello Branco, levou a efeito, em 1968, no povoado romano dos Casais Velhos, um sítio onde Afonso do Paço e Fausto Amaral de Figueiredo haviam feito, em 1945, as primeiras intervenções. Dessa acção prontamente apresentaram os resultados (1971), que, na verdade, vieram trazer nova luz sobre a jazida. Para além de confirmarem a existência de duas necrópoles de inumação,² de um estabelecimento balnear e de um possível lagar, detiveram-se na observação de uma muralha (“era, pois, fortificada a antiga aglomeração onde se encontram os restos das ruínas aqui relatadas”) e, devido a terem identificado abundantes conchas de múrex (*Púrpura haemastoma*, L.), em especial nos entulhos do edifício de aquecimento, aventaram a hipótese – na actualidade, com grandes hipóteses de viabilidade³ – de estarmos perante “uma oficina para o tratamento de *Púrpura*”.

Investigações pioneiras, portanto, como o foram igualmente as que acompanhou (juntamente com Guilherme Cardoso e João Luís Cardoso) no cemitério tardo-romano de Talaíde, em escavação de emergência (Maio de 1975), cujos inovadores resultados já só viriam a ser dados a conhecer, em 1995, pelos seus dois colaboradores. A necrópole de Talaíde, afirmam, é “um exemplo da marcada continuidade de costumes: ao longo de cerca de 500 anos, as alterações introduzidas ao nível das práticas funerárias pelo Cristianismo ou pela chegada de população exógena, não se reflectiram nesta necrópole”; com efeito, por exemplo, “em Talaíde continuou-se a sepultar os mortos fora da antiga povoação”.

Entretanto, outro achado singular se dera no Alto do Cidreira, onde, anos depois, as sondagens que tivemos a oportunidade de dirigir deram a conhecer a existência de formosa *villa* romana (Cardoso 1982): o pendente em forma de uma minimáscara de terracota, a representar a face de um negro. Veiga Ferreira juntou-se a D. António de Castello Branco e a Guilherme Cardoso para rapidamente a darem a conhecer (1970-1972), estudo que, anos mais tarde (1988 65-66), Jeannette Nolen retomaria, chamando a atenção para a raridade de tal representação neste tipo de objectos de adorno.

¹ Aludimos a esses achados logo na primeira notícia sobre esta *villa* na revista *Informação Arqueológica* 7, 1986, p. 50-51. Entregámos ao Doutor João Luís Cardoso, da Associação Cultural de Cascais, o estudo desse material, a que já tem vindo a fazer referência em publicações e em conferências, prevendo-se para um futuro próximo a sua publicação sistemática.

² Recorde-se que, ao procederem à limpeza de uma das sepulturas, encontraram “uma moeda que estava envolvida por uns pedacitos de tecido” “de linho grosseiro”, conservado, “milagrosamente, devido à circunstância de estar defendido pelos sais de cobre da moeda”. Trata-se, como se sabe, de um achado “duma raridade extrema”, referindo os autores os outros dois testemunhos de que tinham conhecimento: “o tecido de linho dum túmulo eneolítico nas Caldas de Monchique” e “os tecidos de linho e de esparto da época lusitano-romana encontrados em Tróia” (art. cit., p. 81).

³ Temo-lo reafirmado (veja-se, a título de exemplo, o que escrevemos em 1995, p. 54-55) e o achado recente de tinas com cobertura estanque no litoral algarvio em contextos idênticos vem confirmar a validade dessa interpretação: cf. Teichner, 2005, p. 208.

ÉPOCA ROMANA

Quase podemos afirmar que não houve aspecto nenhum da ocupação romana que Octávio da Veiga Ferreira não tenha, de uma forma ou doutra abordado⁴. Contudo, atendendo à sua ligação com os Serviços Geológicos e ao facto de, por isso, ter de calcorrear o País, abundantes foram os seus contributos para a carta arqueológica nacional: «Antiguidades de Monsanto da Beira», «Antiguidades do Lousal (Grândola)», «Antiguidades de Fontalva: neo-eneolítico e romano», «Antiguidades de Torres Novas»... Recordo, a título de mais um exemplo, que aproveitou a estada em Lagos e a amizade que estabeleceu com José Formosinho para com ele elaborar uma síntese do espólio arqueológico do museu local, publicada em 1953.

Fazendo equipa com D. Fernando de Almeida, trabalhou intensamente na aldeia de Idanha-a-Velha (a romana *civitas Igaeditanorum*), sendo de sua autoria vários dos artigos sobre os resultados dessas pesquisas, mormente no que concerne a aspectos invulgares descobertos nas escavações. E se um estudo sobre a população romana dessa *civitas* não pode prescindir, ainda hoje, da tese de licenciatura elaborada por D. Fernando (1956), a correcta interpretação arqueológica do sítio tem de remeter-se, amiúde, para os dados que Veiga Ferreira publicou.

Os aspectos ligados à mineração interessaram-no de modo especial – não fosse a sua uma formação de geólogo! Daí, os trabalhos em relação às minas romanas de Aljustrel e à necrópole de Valdoca que lhe está associada. Aliás, uma investigação que vinha na sequência do que, desde finais do século XIX, elementos dos Serviços Geológicos ali tinham feito: recorde-se que *Vipasca I* – a tábua de bronze com parte significativa da legislação acerca da vida quotidiana nessa relevante exploração mineira romana⁵ – fora descoberta em 1876 entre as escórias de minério de ferro proveniente da mina de Algares e constitui um dos “tesouros” em exposição no museu daqueles Serviços (agora Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia).

Aliás, essa actividade em Aljustrel fora precedida, decerto, pelo entusiasmo que lhe proporcionara a consulta de estudos vários, publicados nas décadas de 30 e 40 por colegas seus dos Serviços (S. Schwarz, A. Mello Nogueira, Carlos Teixeira...). Assim, não hesitou em lançar mão, mais uma vez “por incumbência” do Sr. D. António de Castello Branco, ao estudo da árula a uma divindade indígena identificada durante as explorações do Eng.º Quintino Rogado nas minas de ouro da Serra da Lousã, “conhecidas também pelas minas da Escádia Grande», que «foram objecto de intensa lavra por parte dos Romanos”.

Sirva-nos a análise deste brevíssimo estudo – 4 páginas na *Revista de Guimarães*⁶ – para ilustrar como, logo nos primórdios da sua carreira científica, Octávio da Veiga Ferreira investigava e como sabia pôr as questões, aspecto que continuo a considerar fundamental num cientista⁷. Apesar de, mais tarde, ter sido convidado a redi-

⁴ Refira-se, a título de curiosidade, um aspecto que, no domínio da história da Arqueologia, merece reflexão como sintoma dos conceitos então em voga: o uso frequente dos adjectivos “lusitano-romano” ou “céltico-romano” (por exemplo, no artigo “A necrópole céltico-romana de Idanha-a-Velha”). Tinha-se a consciência perfeita de que os vestígios identificados pertenciam à época romana; no entanto, as suas características singulares mostravam claramente como se revelava aí o resultado de uma aculturação. Essa consciencialização será mais tarde acentuada, nomeadamente a partir da década de 80 do século passado, em que, apesar de já se não usar tal terminologia e se optar pela designação «romano» sem mais, estava bem latente a ideia de que duas culturas – a pré-romana (independentemente de ser “céltica”, “ibérica”, “lusitana”...) e a trazida pelos Romanos – se haviam interpenetrado, de tal modo que o próprio conceito de “romanização”, no sentido de uma predominância do “romano” sobre o “indígena”, passou a ser utilizado com mais ponderação (cf. Encarnação 1986).

⁵ Cf. IRCP 142 e também IRCP 143. Recentemente (12.03.2007), tive ensejo de me referir à importância dessa inscrição na comunicação “O quotidiano numa aldeia mineira romana: o caso de Vipasca”, no Encontro *A Indústria Mineira – Passado e Futuro*, na Universidade de Coimbra (em vias de publicação).

⁶ N.º 62 (1-2) (Janeiro-Junho 1952), p. 192-195. Daí seria citada em AE 1955, 255 = AE 1961, 342.

⁷ Já tive ocasião de o anotar, mas acho que nunca é de mais salientá-lo: “As respostas não são importantes, as perguntas é que o são”, escreveu Sir Fred Houyle (citado por John Gribbin em Maio de 1980, na introdução ao seu livro *Génesis – A Origem do Homem e do Universo*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988, p. 14).

gir a entrada «Endovélico» na Enciclopédia Verbo, creio, porém, que tão breve incursão no domínio das divindades indígenas não parece ter tido repercussão significativa nos seus interesses científicos.

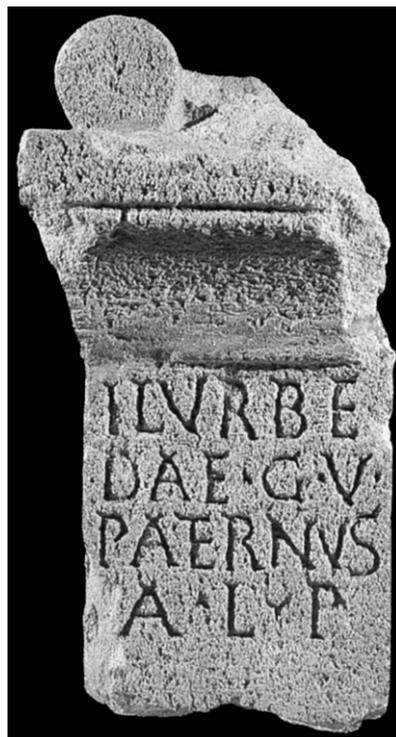
A DIVINDADE *ILURBEDA*

Após breve relance sobre a bibliografia existente no que concerne à exploração, pelos Romanos, de minas no território peninsular, introduz-se o estudo da árula no âmbito das descobertas feitas, como se disse, pelo Eng.º Quintino Rogado. Descreve-se o monumento, que dera entrada no acervo do Museu dos Serviços Geológicos, onde ainda se encontra⁸ a sua constituição mineralógica – “um grés amarelo-acastanhado, de grão fino, talvez proveniente do lias inferior dos arredores de Coimbra”⁹ –, estado de conservação, dimensões e leitura interpretada:

ILVRBE|DAE G(aius), ou Gallus, V(ibius) | PATERNVS | A(nimo)
L(ibens) P(osuit)

Que traduz:

“Gaio (ou Galo) Víbio Paterno erigiu (este monumento) de boa vontade a *ILURBEDA*”.



Os comentários que se seguem cingem-se apenas ao estudo do teónimo, dado que afirma residir “o principal interesse desta inscrição” no facto de dar a conhecer “o nome de uma nova divindade”. Desconhecida “até ao presente”, porque – após consulta de “várias obras de epigrafia e diversos especialistas sobre o assunto” – não havia “nome igual”.

Interessava, pois, descortinar o significado do teónimo e Octávio da Veiga Ferreira não hesitou em consultar quem, na época, mais se debruçara sobre essa temática, o Coronel Mário Cardozo, presidente da Sociedade Martins Sarmento e director precisamente da *Revista de Guimarães*, continuador, portanto, das pesquisas de Francisco Martins Sarmento, que também às divindades pré-romanas dedicara atenção.

Mário Cardozo vai, pois, basear-se nas obras então mais correntes e paradigmáticas: *Tartessos*, de Adolf Schulten, e os *Monumenta Linguae Ibericae*, de Emil Hübner. Naturalmente, portanto, surgiu a referência aos nomes étnicos e geográficos – do “onomástico ibérico”, acentua-se – que apresentam raiz etimológica igual à do teónimo em causa: *i-*, *ili-*, *ilur-*. Cita-se *Ilerda*, Lérida; *Ilici*, Elche; a “divindade (?) ibérica *Ilurberrixo*”; “a tribo dos *Ilurgavones*”...

Conclui, pois, que também não ficou com dúvidas acerca da “origem ibérica da palavra *Ilurbeda*, que representa, por certo, o nome de mais uma divindade do panteão indígena, cujo culto foi romanizado, como tantos outros da Península Ibérica”.

⁸ Integrou a exposição Religiões da Lusitânia, inaugurada no dia 27 de Junho de 2002, no Museu Nacional de Arqueologia. Cf. o respectivo catálogo, edição coordenada por José Cardim Ribeiro: *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Lisboa, 2002. A ficha da peça está na pág. 368 (donde, com a devida vénia, reproduzimos a fotografia que ilustra este artigo).

⁹ Anote-se a precisão. O lias é uma formação de calcário argiloso. A indicação de que será, mui provavelmente, uma formação geológica local é-nos preciosa, do ponto de vista histórico, pois documenta que se trata de monumento feito numa oficina da zona. A actual investigação epigráfica dá, por isso, cada vez mais importância ao material em que os monumentos são esculpidos.

E, antes de agradecer a quantos o ajudaram neste estudo – também aqui se revela a personalidade ímpar de Octávio da Veiga Ferreira –, pergunta:

“Terá aparecido na Península alguma outra epígrafe dedicada a esta mesma divindade? Não sabemos, e, com os meios de que dispomos, não o podemos saber; no entanto, apresentamos esta pequena nota, esperando que alguma informação posterior venha trazer mais luz sobre tão interessante documento epigráfico”.

Trata-se, segundo creio, da única “incursão” feita por Veiga Ferreira no domínio da epigrafia romana e que nos seja permitido, por tal motivo, responder aqui ao seu desafio de há 55 anos atrás, época em que os estudos sobre a religião indígena ainda nem davam entre nós os primeiros passos, se tivermos em conta que datam do começo do século XX as *Religiões da Lusitânia*, de Leite de Vasconcelos, onde essa temática foi abordada e esse estudo não viria a ter grande continuidade nas décadas seguintes e até aos anos 70.

a) O teónimo

Quando publiquei, em 1975, a dissertação de licenciatura que defendera em Janeiro de 1970, incluí *Ilurbeda* entre as divindades indígenas (p. 200-203) e dei conta do achamento, no mesmo local, de outro monumento, que João de Castro Nunes dera a conhecer em 1957, dedicado, verosimilmente, por *Avitianus*, filho de *Avitus*; o nome da divindade foi reconstituído a partir do que se via na pedra: [IL]VRBED[A]/[E]. Na sequência desse novo achado, Castro Nunes não hesita e sugere a “existência local de um culto àquela divindade” (p. 212). E mais não adianta sobre eventuais “funções” da divindade, ainda que eu haja deduzido da sua afirmação algo que, na verdade, lendo-a com atenção, não está lá: “partilhamos da opinião de Nunes – sobre o culto local a *Ilurbeda*, que será, pois, uma divindade possivelmente tutelar, tópica” (p. 203).

Valerá a pena recapitular a resenha bibliográfica que então fiz:

- Blázquez Martínez (1957, 51): “O nome da divindade [...] relaciona-se provavelmente com o elemento *Ildur*”, frequente no onomástico”, afirmação que repete em 1975 (p. 109): “El nombre de esta deidad se relaciona con el elemento *Ildur*, documentado em nombres personales ibéricos: *Abar-ildur*, *Ildur-adin*, que aparecen en un área comprendida entre los Pirineos y Andalucía”, acrescentando que também aparece na toponímia, citando, a título de exemplo, *Ilerda*, *Ilici*, *Iliturgis*, etc.
- Russel Cortez (1957, 38-39): a ara está dedicada ao *Genium vici Ilurbedae*; compara também o nome *Ilurbeda* com *Ilurberrixo*, sublinhando que estas palavras detêm «uma acentuada fisionomia vasconça», derivadas de uma raiz *ilur*, que significa *cidade* ou *vila*;
- Blázquez Martínez, na sua dissertação de doutoramento (1962), afirma: “Deus cujo nome é um topónimo”.

Entretanto, nova dedicatória à divindade se identificara em Segoyuela de los Cornejos, na província espanhola de Salamanca: *Ilurbeda[e] / sacrum / Q(uintus) Manilius / Facundus / v(otum) s(olvit) l(ibens) a(nimo)* (Mangas 1971, 135-16, AE 1972, 285 = AE 1985, 543). E José Cardim Ribeiro crê poder interpretar-se como dedicada também a esta divindade uma ara que está no Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, proveniente de Faião, Terrugem, Sintra (HEp 6, 1996, 1061). Assim, ao consultarmos a base de dados sobre a *Hispania Epigraphica*, encontraremos, além destas quatro, mais quatro outras epígrafes a documentarem o culto à divindade¹⁰.

¹⁰ O site é o seguinte: <http://www.ubi-erat-lupa.austrogate.at/hispep/public/index.php>. As quatro referências são: registo n.º 18066, de Zamorra, Salamanca, altar que se encontra no Museo Catedralicio de Ciudad Rodrigo; registos n.ºs 17719 e 18194, altares de Narros del Puerto, Ávila, que estão no interior da igreja paroquial, de Nuestra Señora de la Asunción; registo n.º 18411, altar que serve de pia de água benta na igreja paroquial de La Alberca, Salamanca.

Interessar-nos-á, portanto, saber o que os diversos autores acrescentaram ao que atrás fica dito em relação ao carácter tópico da divindade, que, à partida, considerando a existência de uma considerável dispersão da área do culto, independentemente de se tratar apenas de testemunhos dentro dos limites da Lusitânia, se não poderá, sem mais, aceitar, adscrevendo-o a um lugar específico, como o aparecimento das duas primeiras aras, em Góis, parecia querer dar a perceber.

E, dado que respondemos já à primeira questão posta por Veiga Ferreira (sim, outros testemunhos foram posteriormente encontrados), importará atentar no que se tem opinado acerca do significado do teónimo, partindo-se sempre do princípio, que se tem por aceite, de que – atendendo ao estágio civilizacional em que esses povos se encontravam – o nome atribuído à divindade detinha um carácter específico, concreto, directamente ligado às “funções” que, no dia-a-dia, lhe eram atribuídas, ou seja, em que circunstâncias é que a divindade era invocada – como hoje, por exemplo, se invoca Santa Bárbara quando tropeja...

No ano 2000, publicou Francisco Villar o livro citado na bibliografia, em que aborda, do ponto de vista linguístico, a problemática dos indoeuropeus ou não-indoeuropeus na Hispânia pré-romana. Logo nas primeiras páginas (28-30) F. Villar chama a atenção para as dificuldades que detêm os estudos linguísticos aplicados à toponímia antiga – e cita, a propósito, um autor que, sem argumentos válidos, optara por atribuir ao radical *il-* a significação de «rio» e não de «cidade», como, até aqui, se tem opinado – reivindicando, porém, “la posibilidad de abordar científicamente la toponímia prerromana y obtener de ella determinadas conclusiones sobre las poblaciones de la Hispania antigua” (p. 31).

Esta referência à toponímia justifica-se, porque diversos autores, como vimos, aproximaram de topónimos o teónimo *Ilurbeda*; contudo, é curioso verificar que, neste livro, Villar – a darmos crédito aos índices temáticos – nunca se refere a *Ilurbeda*, paralelismo que, à primeira vista, nos pareceria normal, ainda que a sua atenção vá, quase exclusivamente, para a toponímia. De qualquer modo, poderá ser de interesse referir que, a propósito do topónimo *Ilurcis*, reitera a opinião de que o étimo *il-* é ibérico e detém a conotação de “cidade”.

E se Blanca María Prósper não inclui o estudo do teónimo *Ilurbeda* no livro que publicou em 2002 sobre as “religiões pré-romanas do Ocidente da Península Ibérica”¹¹, Juan Carlos Olivares Pedreño, em obra datada desse mesmo ano de 2002, inclui *Ilurbeda* no número dos “teónimos femeninos supra-locales” (p. 50-51), argumentando contra um suposto carácter local do culto, devido ao facto de as aras de Góis terem aparecido em minas, “a donde acudían trabajadores llegados de otras regiones”, pelo que se não poderão ligar a “núcleos de población autóctones y estables”. Por conseguinte, atendendo à “destacable monumentalidad” da epígrafe de Segoyuela de Cornejos, é bem provável “que el área salmantina habría sido el centro del culto a la diosa, desde donde algunos individuos lo habrían llevado consigo a la región minera de Góis”. Claro que, neste caso, o altar de Sintra é argumento desfavorável; mas Olivares Pedreño aponta o carácter duvidoso da leitura proposta por José Cardim Ribeiro e, ao longo do seu livro, vai acentuando esse carácter supra-local que, em seu entender, deve dar-se a *Ilurbeda*.

Ainda em 2002, é o próprio José Cardim Ribeiro quem escreve no catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia, que comissariou:

“O teónimo *Ilurbeda* parece reproduzir o nome da cidade carpetana que Ptolomeu (2, 6, 56) designa por *Ilourbi-da*. Será que os devotos de *Ilurbeda* que conhecemos através das aras descobertas na Província de Salamanca, na Beira Baixa e na Estremadura portuguesa mais não são, afinal, do que migrantes – ou descendentes de migrantes

¹¹ Ainda que não mencionado nos índices e, por isso, não facilmente detectável na obra, a autora alude ao teónimo, na p. 374, quando se debruça sobre o conjunto fonético *bed*, com o possível significado de «fosso», «canal», identificável no vocábulo *Ilurbeda* como também no epíteto de outra divindade, *Cantibidone*, divindade (aproveito ou ensejo para adiantar) de que acaba de se encontrar (Setembro de 2007) mais um eloquente testemunho, em território lusitano, num penedo com epígrafe a documentar um ritual de características em tudo semelhante, por exemplo, ao que se refere em Lamas de Moledo.

– oriundos daquela cidade celtibérica, que com eles tenham trazido para a Lusitânia a devoção ao génio tutelar epónimo da sua comunidade?” (o. c., p. 367).

Em 2005, María del Rosario Hernando Sobrino, que já no seu livro desse mesmo ano sobre a epigrafia romana de Ávila reestudara as duas epígrafes da zona (n^{os} 130 e 133), dedica todo um artigo, muito bem documentado, à reapreciação do teónimo. Depois de se referir aos oito testemunhos e de fazer o balanço acerca das propostas etimológicas que têm sido apresentadas para explicar o significado do teónimo e, por via disso, chegarmos a conhecer os atributos da divindade, chama a atenção para o facto de, numa das epígrafes de Narros del Puerto, *Ilurbeda* ser venerada juntamente com os *Lares Viales*, númenes protectores dos caminhos e dos caminhantes; certo é – e a autora anota-o – que essa hipótese interpretativa tem por fundamento apenas as siglas L. V., passíveis, de facto, de se desdobrarem em L(*aribus*) V(*ialibus*); contudo, se tal interpretação poderia suscitar dúvidas, o certo é que do mesmo local provém outra epígrafe dedicada a essas divindades; ora, argumenta María del Rosario, não parece, por isso, haver grande margem para objecção. Por outro lado, aquela investigadora, que faz parte da equipa redactora de *Hispania Epigraphica*, sublinha a circunstância de todas as epígrafes encontradas até ao momento serem susceptíveis de se relacionarem, efectivamente, com zonas de passagem, com serras. Daí que a sua hipótese de trabalho vá no sentido de propor para a divindade – inclusive com base no significado de “fosso”, “canal”, atribuível ao conjunto fonético “bed”, de que atrás se falou – um atributo de divindade protectora dos caminhos: “bien podría ser la divinidad a la que se invoque para asegurar el transcurso de personas – y ganado – por un paso o puerto difícil” (p. 164).

Não deixa, de facto, de ser aliciante esta hipótese. Claro que, por ter aparecido em minas, «fosso», «canal» poderiam ter igualmente um significado relacionável com a exploração mineira. Além disso, se é aceitável, como parece, que um radical *il-* detenha uma conotação ligada a «cidade», a ideia de génio protector ganha consistência. Não deixa, ainda, de ser “engenhosa” – um verdadeiro “achado”, dir-se-ia – a sugestão avançada por José Cardim Ribeiro de relação íntima com uma cidade homónima dada como ‘carpetana’, ou seja, bem no coração da Península mas por localizar (como é natural); o mais normal, porém, em circunstâncias idênticas, é que se preste culto ao Génio ou aos Lares protectores da cidade, como acontece no caso de *Conimbriga*, e esta é uma objecção a ter em conta.

Há, todavia, dados seguros a reter:

- 1º) A palavra *Ilurbeda* não oferece quaisquer dúvidas de leitura e, apesar da sua terminação pouco comum, é seguramente um teónimo;
- 2º) Apesar da terminação feminina não pode considerar-se, sem mais, divindade de características “femininas”, porque os deuses não têm sexo.¹²
- 3º) O seu culto estende-se pela zona central do território da Lusitânia, ainda que não seja possível atribuir-lhe uma conotação “étnica” (digamos assim), pois não seriam apenas lusitanos os seus devotos.
- 4º) Trata-se, não há dúvida, de um númen protector: se dos caminhos, se da actividade mineira, se ligada a determinado aglomerado urbano – é o que está por determinar e quiçá nunca se conseguirá ter sobre o assunto uma certeza.
- 5º) Finalmente, para reatarmos a lógica deste artigo, incluído em homenagem a Octávio da Veiga Ferreira, não deixa de ser consolador verificar como uma simples nota por ele publicada acabou por suscitar ampla investigação, ainda inacabada mais de 50 anos volvidos!...

¹² Cf. o que sobre esse tema tive ocasião de escrever em 2002, artigo que reproduzi a pp. 133–144 de *Epigrafia – As Pedras que Falam*, Coimbra, 2006. Rosário Hernando partilha, aliás, da minha opinião (vide nota 2 do seu artigo).

b) O dedicante

A (referida) ficha da exposição *Religiões da Lusitânia*, da autoria de Carla Alves Fernandes, já, de certo modo, tornou mais explícita a identificação do dedicante, quando aí se afirma que ele “por algum motivo em particular ocultou o seu gentílico sob uma sigla que permite múltiplas interpretações, como V(*alerius*) ou V(*ibius*), entre as mais prováveis”.

Na verdade, tanto um como outro desses gentilícios se situam entre os mais prováveis. A razão pela qual o nome vem indicado em sigla não será, porém, devida a um desejo de ocultação: é que não carecia de vir por extenso, quer porque se tratava de família bem conhecida na zona, quer porque, perante a divindade, o *cognomen* bastaria também para identificar quem lhe oferecia o ex-voto. Outra razão – já aduzida por Castro Nunes (art. cit., p. 212) – é a de que, a partir de finais do século II inícios do III, os gentilícios mais comuns passaram a vir em sigla nas epígrafes.

Creio, porém, que, neste caso, a razão primordial residiu no pouco espaço disponível. Trata-se, de resto, de uma árula, fruto de uma devoção particular, destinada a ser colocada no *lararium* que certamente existiria no seio das próprias minas, fruto da devoção dos mineiros, que, antes de iniciarem o seu labor quotidiano, às divindades acorreriam para os proteger na jornada. Note-se que a fórmula final é bem lusitana, como os autores de *Fouilles de Conimbriga II* o salientaram já¹³: A(*nimo*) L(*ibens*) P(*osuit*), “colocou de livre vontade”, frase que implica a existência de um local próprio para receber essas oferendas.

Afastam-se, por conseguinte, outras interpretações que foram propostas. Em primeiro lugar, uma sugerida por Mário Cardozo, *Gallus: Gallus* é um *cognomen*, que, por isso, viria habitualmente por extenso e depois do gentílico, isto é, no lugar aqui ocupado por *Paternus*. Depois, a hipótese bem estranha apontada pelos editores de *Hispania Antiqua Epigraphica* (8-11, 1960, n.º 1556), que, aliás, já incluía a mesma epígrafe: *G(enius) V(ictrix)* – que não tem qualquer sentido, pois *Genius* está no nominativo singular masculino e *Victrix* no nominativo singular feminino; no mínimo, para que houvesse alguma concordância, teríamos *Genio Victori*. É claro, porém, que se trata de uma identificação com os *tria nomina* – *praenomen*, *nomen* e *cognomen* – a identificar alguém perfeitamente romanizado, sendo o seu *cognomen* (*Paternus*) corrente na Lusitânia¹⁴. Também não tem qualquer razão de ser o comentário inserido em *Hispania Antiqua Epigraphica* (1-3, 1952, n.º 362): “Parece estranha a presença de dois *praenomina*, *Gaius* e *Vibius*, e este com a abreviatura mais arcaica”. Estava-se num período em que os conhecimentos epigráficos ainda eram incipientes... *Vibius* utilizou-se, na verdade, também como *praenomen*, mas neste caso tal eventualidade era impossível. A interpretação de Russel Cortez – *Genium vici Ilurbedae* – também não tem cabimento, pois inclusive altera a ordem das palavras no texto.

c) A cronologia do monumento

Como critérios de datação para uma epígrafe romana, usamos, habitualmente, três: o contexto arqueológico em que está inserida; o modo de identificação do dedicante; e a paleografia.

O contexto arqueológico da epígrafe de Góis é muito lato, pois, se aí até se encontrou inclusive uma lucerna cristã, deduz-se que as minas forma exploradas durante todo o Império romano e até posteriormente.

O dedicante usa os *tria nomina*, sinal de uma aculturação onomástica avançada. Quanto à menção do gentílico em sigla, neste caso não se me afigura concludente, pois se trata de um acto de devoção pessoal, num ambiente

¹³ ÉTIENNE *et alii*, 1976, p. 34.

¹⁴ Cf. mapa 224 (p. 257) do *Atlas* citado na bibliografia, onde se enumeram 23 testemunhos.

que seria necessariamente restrito em termos de número de famílias existentes no aro das minas, em que a sigla seria facilmente compreensível pela comunidade.

No que concerne à paleografia, apontaria, preferentemente, a primeira metade do século I da nossa era, se atentarmos na assimetria do B, na haste breve e bem perpendicular do G, no P aberto. Certo é, porém, que há todo um requinte na forma de terminar os caracteres, no uso de diferentes tipos de pontuação (o ponto redondo, triangular e em jeito de cauda de andorinha) e, de modo particular, no pequeno U que repousa sobre o vértice do A, que, se isolado, nos sugeriria, de preferência, o século III ou posterior. Nesse aspecto da datação, o nexó TE não é significativo, denotando, inclusive, o cuidado posto pelo *ordinator* na paginação do texto, pois – para além do recurso à sigla do *nomen* – recorreu também a grafar o V mais estreito, para que a palavra coubesse na linha. De resto, a paginação da inscrição denota um bom conhecimento da arte epigráfica, mormente no uso da pontuação: colocada no final da linha 2, para que não houvesse dúvidas quanto ao significado do V, foi omitida – como convinha – na linha 4, para que a simetria se mantivesse.

Por consequência, tendo em conta também o que nos resta da molduração – o capitel teria dois toros cilíndricos separados por frontão triangular, à maneira «clássica», assentes numa platibanda, separada, por ranhura, de uma moldura do tipo gola directa –, não me repugnaria admitir que a árula de Góis tenha sido dedicada na primeira metade do século I da nossa era. Falta-nos a base; mas fácil é imaginarmos que seguiria o modelo da molduração do capitel, resultante, consequentemente, numa árula «elegante», como Octávio da Veiga Ferreira não hesitou em a classificar.

BIBLIOGRAFIA CITADA

AE = *L'Année Epigraphique*, Paris. [Indica-se o ano e o n° da inscrição].

ALBERTOS FIRMAT (María Lourdes), “Hallazgos arqueológicos y epigráficos en Villar de Buey (Zamora)”, *Zephyrus* 25, 1974, p. 429-434.

ALMEIDA (Fernando de), *Egitânia*, Lisboa, 1956.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ (José María), “Aportaciones al estudio de las religiones primitivas de España”, *Archivo Español de Arqueología* 30, 1957, p. 15-86.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ (José María), *Religiones Primitivas de Hispania, vol. I – Fuentes Literarias y Epigraficas*, Roma, 1962.

BLÁZQUEZ (José María), *Diccionario des las Religiones Prerromanas de Hispania*, Madrid, 1975.

BRANCO (D. António de Castello), CARDOSO (Guilherme) e FERREIRA (O. da Veiga), “Descoberta de uma máscara de “terra cota” na estação lusitano-romana do Alto da Cidreira (Cascais)”, *Revista de Estudos Italianos em Portugal* 33/5, 1970-72, p. 101-104.

BRANCO (D. António de Castello) e FERREIRA (O. da Veiga), “Novos trabalhos na estação lusitano-romana da Areia (Guincho)”, *Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães – Boletim N° 2*, Câmara Municipal de Cascais, 1971, 69-84.

CARDOSO (Guilherme) e CARDOSO (João Luís), “A necrópole tardo-romana e medieval de Talaíde (Cascais) – Estudo preliminar”, *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, SHA Monografies, IV, Barcelona, 1995, p. 407-414.

- CARDOSO (João Luís), CARDOSO (Guilherme) e GUERRA (M. F.), “A necrópole tardo-romana e medieval de Talaíde (Cascais). Caracterização e integração cultural. Análises não-destrutivas do espólio metálico”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 5, 1995, p. 315-339.
- CARDOSO (Guilherme) e ENCARNAÇÃO (José d'), “A *villa* romana de Freiria (Cascais) e o seu enquadramento rural”, *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa* 2, 1995, p. 51-62.
- CARDOSO (João Luís), “*In memoriam* – O. da Veiga Ferreira (1917-1997)”, *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro* 83, 1997, p. 153-170.
- CORTEZ (Fernando Russel), “Contributo para o estudo da hierologia pré-romana da Beira”, *Viriatis* 1, 1957, p. 33-42.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal (Subsídios para o Seu Estudo)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1975.
- ENCARNAÇÃO (José d'), “Indigenismo e romanização na Lusitânia”, *Biblos* 62, 1986, p. 451-464.
- ENCARNAÇÃO (José d'), “O sexo dos deuses romanos”, *Scripta Antiqua*, Valladolid, 2002, p. 517-525.
- ÉTIENNE (Robert), FABRE (Georges) et LÉVÊQUE (Pierre et Monique), *Fouilles de Conimbriga, II – Épigraphie et Sculpture*, Paris, 1976.
- FERREIRA (O. da Veiga), “Ara votiva da Lousã”, *Revista de Guimarães* 62 (1-2) (Janeiro-Junho 1952), p. 192-195.
- FORMOSINHO (José), FERREIRA (O. da Veiga) e VIANA (Abel), “De lo prerromano a lo árabe en el Museu Regional de Lagos”, *Archivo Español de Arqueología*, 26 (1), 1953, p. 113-138.
- HERNANDO SOBRINO (María del Rosario), *Epigrafía Romana de Ávila*, Paris, 2005.
- HERNANDO SOBRINO (María del Rosario), “A propósito del teónimo *Ilurbeda*. Hipótesis de trabajo”, *Veleia* 22, 2005, p. 153-164.
- IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra, 1984. [O número indica o nº da inscrição no catálogo].
- MANGAS (Julio), “Nuevas inscripciones latinas de Salamanca y su provincia”, *Archivo Español de Arqueología* 44, 1971, p. 135-138.
- NAVARRO CABALLERO (Milagros) e RAMÍREZ SÁDABA (José luís) [coord.], *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida-Bordéus, 2003.
- NOLEN (Jeannette U. Smit), “A *villa* romana do Alto do Cidreira (Alcabideche – Cascais) – Os materiais”, *Conimbriga* 27, 1988, p. 61-140.
- NUNES (João de Castro), “Materiais arqueológicos do concelho de Góis. II – Nova ara dedicada a Ilurbeda”, *Arquivo Histórico de Góis* 5, (Março de 1957), p. 208-212.
- OLIVARES PEDREÑO (Juan Carlos), *Los Dioses de la Hispania Céltica*, Madrid, 2002.
- PRÓSPER (Blanca María), *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, Ediciones Universidad, Salamanca, 2002.
- RIBEIRO (José Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002.

TEICHNER (Félix), «Arquitectura doméstica romana no litoral algarvio – Cerro da Vila (Quarteira)», *Património Estudos*, IPPAR, Lisboa, 7, 2005, 206-211.

VILLAR (Francisco), *Indoeuropeos y no Indoeuropeos en la Hispania Prerromana*, Salamanca, 2000.

ADITAMENTO

Não tendo sido possível proceder à revisão de provas, diversas gralhas escaparam. Boa parte delas o leitor atento facilmente identificará e, por isso, não valerá a pena assinalá-las aqui. Contudo, houve pormenores com alguma importância que se aproveita o ensejo desta divulgação digital para corrigir:

– Na pág. 353, (Cardoso 1982) não tem correspondência na bibliografia; é a seguinte: CARDOSO (Guilherme), ENCARNAÇÃO (José d') e NOLEN (Jeannette U. S.), «A *villa* romana do Alto da Cidreira em Cascais», *Arquivo de Cascais*, Câmara Municipal de Cascais, 4, 1982, 9-27.

– No penúltimo parágrafo da pág. 354, em nota à expressão ‘uma divindade indígena’, acrescenta-se a curiosa informação (que devo a João Luís Cardoso) de que, em carta a Abel Viana, Veiga Ferreira se lhe refere como sendo... «a minha deusa»!

– Na pág. 355, é de ajuntar-se que, em cartão datado de Guimarães, 19.VIII.52, constante deste volume [p. 708], informação que, mais uma vez, agradeço a João Luís Cardoso, Mário Cardozo dá conta do interesse que A. Schulten demonstrou pelo achado da ara a *Ilurbeda*, apressando-se a apresentar uma sugestiva abordagem quanto à etimologia do teónimo: o sufixo *-beda*, atendo-nos a testemunhos de Estrabão e Ptolemeu, traz consigo o significado de «serra»; *Ilurbeda* seria, pois, em seu entender, “a deusa de uma serra” – o que, acrescenta Mário Cardozo, «não quadra, de facto, mal à Serra da Lousã».

– Corrija-se o que se diz na nota 11 (pág. 357), pois que nada nos garante que a inscrição de Arronches possa ter sido primitivamente gravada na superfície de um penedo, donde, depois, se retirou. E aproveite-se a oportunidade para dar a correspondente bibliografia, pois que o monumento já foi publicado: CARNEIRO (André) *et alii*, «Uma inscrição votiva em língua lusitana», *Palaeohispanica* 8 2008 167-178; ENCARNAÇÃO (José d') *et alii*, «Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre)», *Conimbriga* 47 2008 85-102; o primeiro está disponível em: <http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/28/40/09carneiroetal.pdf>

Cascais, 18 de Julho de 2009 – J. d'E.